

ACUMULAÇÃO AGRÁRIA E A ROTA DA SOJA NO MARANHÃO

José Raimundo Trindade¹

RESUMO

O artigo problematiza a expansão do agronegócio no estado do Maranhão, interrogando como a soja penetra em diferentes sub-regiões do estado. O caso do Maranhão releva por quatro aspectos: i) a expansão da soja altera o bioma pré-amazônico; ii) produz alterações nas relações de vida de uma ampla população com características camponesas; iii) a análise do bioma cerrado e suas alterações; iv) por fim, a alteração do padrão econômico e como os ajustes reprodutivos impactam sobre os aspectos agrários e agrícolas de um conjunto de pequenas e médias municipalidades. A metodologia utilizada será com base em séries históricas de estatísticas descritivas do estado do Maranhão e de três sub-regiões imediatas definidas pelo IBGE. A análise das estatísticas nos revela o aumento das grandes propriedades produtoras de commodities, especialmente soja e milho, mas também outros segmentos do chamado sistema agroalimentar. A exposição de dados se fará de forma gráfica com o objetivo de ilustrar o panorama de expansão da acumulação de capital na região. A abordagem teórica inicial que faremos refere-se a crítica ao padrão primário exportador, considerando uma categoria de mediação que a teoria marxista da dependência desenvolveu: o Padrão de Reprodução do Capital.

Palavras-chaves: Agronegócio; Maranhão; Padrão de Especialização Primário-exportador.

AGRARIAN ACCUMULATION AND THE SOYBEAN ROUTE IN MARANHÃO

ABSTRACT

The article problematizes the expansion of agribusiness in the state of Maranhão, questioning how soy penetrates different sub-regions of the state. The case of Maranhão is highlighted by four aspects: i) the expansion of soy alters the pre-Amazon biome; ii) it produces changes in the living relations of a large population with peasant characteristics; iii) the analysis of the cerrado biome and its changes; iv) finally, the change in the economic pattern and how reproductive adjustments impact on the agrarian and agricultural aspects of a group of small and medium-sized municipalities. The methodology used will be based on historical series of descriptive statistics for the state of Maranhão and three immediate sub-regions defined by the IBGE. An analysis of the statistics reveals an increase in large farms producing commodities, especially soybeans and corn, but also other segments of the so-called agri-food system. The data will be presented graphically in order to illustrate the panorama of the expansion of capital accumulation in the region. Our initial theoretical approach is to criticize the primary export pattern, considering a category of mediation that the Marxist theory of dependency has developed: the Pattern of Reproduction of Capital.

Keywords: Agribusiness; Maranhão; Primary-export specialization pattern.

JEL: B51; Q15; R11.

¹ Professor e pesquisador vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia da UFPA (PPGE/UFPa).

1. INTRODUÇÃO

O deslocamento nas principais rodovias nacionais² que fazem a transição entre o Nordeste e a Amazônia se dá em terras piauienses e maranhenses. Parcela considerável dessa região de transição entre biomas tão importantes da diversidade ambiental brasileira se dá no que se convencionou chamar de MATOPIBA (acrônimo para Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), um amplo relevo constituído parcialmente de cerrado³ e que se tornou uma das maiores áreas de expansão da soja⁴.

A análise do processo expansivo da soja e do próprio desenvolvimento da economia agrária brasileira constitui ponto central para se estabelecer os padrões de acumulação capitalista que se organizam territorialmente no país.

O que se convencionou denominar de agronegócio compõe uma estratégia de desenvolvimento baseada numa tripla lógica: i) a dependência dos setores agrominero-exportadores para geração de superávits comerciais; ii) a sustentabilidade destes segmentos com base em isenções tributárias e garantia de subsídios do Estado e; iii) a combinação da apropriação de renda fundiária e transformação da terra no principal ativo financeiro no país. Delgado (2005, p. 66) observa que o “agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária (...) perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado”.

O objetivo deste artigo é problematizar a expansão do agronegócio no estado do Maranhão, interrogando como a rota da soja penetra em diferentes sub-regiões do estado. Analisar o caso do Maranhão releva por quatro aspectos centrais: i) a expansão da soja altera o bioma pré-amazônico próprio das sub-regiões que serão analisadas; ii) a combinação de soja, milho e pecuária produz efeitos de alteração nas relações de vida de uma ampla população com características camponesas, como se buscará mostrar; iii) a análise do bioma cerrado e suas alterações constitui em si mesmo ponto relevante; iv) por fim, analisar a alteração do padrão econômico e como os ajustes reprodutivos impactam sobre um conjunto de pequenas e médias municipalidades são necessários para a compreensão de que região emerge do atual processo.

A metodologia utilizada será com base em séries históricas de estatísticas descritivas do estado do Maranhão e de três sub-regiões imediatas definidas pelo IBGE⁵: Chapadinha (constituída por nove municípios)⁶; Tutóia-Araioses (constituída por sete

² O Maranhão combina os biomas Cerrado, Caatinga e Amazônico, constituindo um amplo mosaico do que constitui na atualidade de fronteira de expansão do agronegócio, tanto nos biomas Cerrado, quanto amazônico, sendo que as principais rodovias nacionais que unem esses biomas são as rodovias BRs 010, 135, 222, 226, 230, 316 e 402. Todas foram construídas a partir dos anos 1960, sendo algumas delas bem retratadas na cinegrafia nacional, como o filme “Bye, bye Brasil” do cineasta Cacá Diegues e que reflete a construção da Transamazônica (BR 210).

³ “O Cerrado, bioma de maior crescimento da agricultura e que tem a maior área dedicada à atividade, é também um dos mais frágeis às alterações do regime pluviométrico causadas pelo desmatamento da Amazônia. É também uma das regiões de maior risco climático. O último relatório do IPCC prevê uma redução de 20% nas precipitações no Brasil Central e um aumento da temperatura de 4 °C a 5°C – cenário que irá comprometer as atuais atividades agrícolas na região”, destacam os pesquisadores em nota.

⁴ A região de planejamento do Matopiba foi oficializada no governo Dilma em maio de 2015 por meio do Decreto no. 8.447, que instituiu o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA. Conferir: SAUER et al. (2021)

⁵ Conferir Seção 3.1.

⁶ Sub-região Chapadinha (210003): Anapurus, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos.

municípios)⁷ e Balsas⁸ (constituída por doze municípios). Os dados apresentados são resultantes, principalmente, do Censo Agropecuário de 2017, da Pesquisa Agrária Municipal (PAM) e Pecuária Municipal (PPM) das últimas duas décadas (2000/2022) e das Estatísticas de Comércio Exterior (ComexStat) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

A análise das estatísticas nos revela o aumento das grandes propriedades produtoras de commodities, especialmente soja e milho como veremos, mas também outros segmentos do chamado sistema agroalimentar, como a criação de gado. Isto demonstra, por um lado, a escala da acumulação de capital na região, orquestrada pelas grandes corporações agroindustriais produtoras de soja e carne, em coautoria com o Estado brasileiro e sua interação com a pequena produção e a pressão fundiária presente. A exposição de dados se fará de forma gráfica com o objetivo de ilustrar o panorama de expansão da acumulação de capital na região, compreendendo os dados para o estado do Maranhão e para as três sub-regiões de análise, sendo que quando necessário e relevante, faz-se comparações com os valores nacionais, a depender do dado abordado.

A abordagem teórica inicial que faremos refere-se a crítica ao padrão primário exportador, considerando uma categoria de mediação que a teoria marxista da dependência desenvolveu: o Padrão de Reprodução do Capital. A aproximação teórica se dará sob tuas nuances centrais ao debate contemporâneo brasileiro e das mudanças no contexto territorial maranhense: i) o sentido lógico de adequação das condições de dependência e a crescente expansão da produção agrária e; ii) a integração do atual padrão econômico e aquilo que Ianni (1978, 2004) denominou de Estado agrário.

O artigo está dividido em três seções além desta introdução. Na seção seguinte desenvolve-se os aspectos teóricos que enunciam um padrão econômico de especialização primário exportadora, para tal inicialmente elucidamos, desde o aporte da teoria marxista da dependência a categoria padrão de reprodução do capital, para após estabelecer o atual momento de dependência brasileira e suas interações com a lógica do agronegócio. Na terceira seção aborda-se o caso do estado do Maranhão, tanto introdutoriamente observando a expansão do agronegócio no estado, como na sequência tratando especificamente das três sub-regiões já referenciadas. Por fim, apresenta-se às considerações finais.

2. PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL E ESPECIALIZAÇÃO AGRÁRIO EXPORTADORA

2.1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL E SUA FRONTEIRA AGRÁRIA

A noção de padrão de reprodução do capital surge pela proposição de Marini (2000, 2012) e Osório (2012) como formas teóricas interpretativas de modo de produção e formação social, ambas estabelecidas por Marx (2013, 2014, 2017) em diversos momentos de sua análise. Nos termos de Osorio (2012, pp. 40-41), a “noção de padrão de reprodução de capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados”, considerando

⁷ Sub-região Tutóia-Araioses (210007): Água Doce do Maranhão, Araioses, Magalhães de Almeida, Paulino Neves, Santana do Maranhão, São Bernardo e Tutóia.

⁸ Sub-região Balsas (210022): Alto Parnaíba, Balsas, Carolina, Feira Nova do Maranhão, Fortaleza dos Nogueiras, Loreto, Nova Colinas, Riachão, Sambaíba, São Félix de Balsas, São Raimundo das Mangabeiras e Tasso Fragoso.

ainda “as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação”.

Podemos sistematizar a categoria Padrão de reprodução de Capital como o modo concreto como a lógica de acumulação capitalista se processa no espaço territorial. Como tratado por Marx (2014) a reprodução de capital se manifesta em condições ampliadas, subsumindo em escalas crescentes força de trabalho e natureza. Assim, o capitalismo é, ao mesmo tempo um sistema de uso intensivo de tecnologias para garantir maior produtividade e controle de novas massas de capital (Concentração e Centralização de capital), mas também é um sistema de extensividade no uso de trabalho vivo e natureza⁹.

A Teoria Marxista da Dependência estabeleceu elementos de explicação lógica entre as condições de desenvolvimento econômico no centro e na periferia capitalista. Os diversos autores desta escola de pensamento latino-americana, estabelecem que os principais elementos de explicação da dependência estariam nos fluxos de transferência de valor da periferia para o centro e nas condições concretas de exploração da força de trabalho nas referidas sociedades subdesenvolvidas (SANTOS, 2011; MARINI, 2000; OSÓRIO, 2012, 2014).

Podemos tratar a dependência como a forma principal de reprodução do capitalismo na sua periferia geoterritorial, tanto criando valor necessário a manutenção dessas formações sociais e econômicas, quanto transferindo valor, numa perspectiva que cria e amplia diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, a partir do processo de desenvolvimento desigual e combinado, como demonstram os autores acima referenciados.

A inserção passiva da economia brasileira no processo de globalização a partir da década de 1990 aprofundou as precárias condições de desenvolvimento autônomo, agravando as condições de soberania restringida, seja pela desnacionalização de segmentos expressivos da indústria, seja pela elevação da vulnerabilidade externa nos principais aspectos a ser considerados: na capacidade produtiva (maior dependência de investimento externo direto), tecnológica (baixa capacidade de estruturação de um sistema nacional de inovação e baixa dinâmica tecnológica) e financeira (investimentos financeiros, empréstimos e financiamentos) (SANTOS, 1993; VALENCIA, 2009; LEIVA, 2009; MARTINS, 2011).

Quatro grandes mudanças se estabelecem no capitalismo global a partir do final do século XX, com agravantes para periferia e para as condições de dependência: i) a revolução científico-técnica se acelerou, tornando a economia de trabalho estabelecida pela inovação tecnológica exígua para valorizar a quantidade de mercadorias geradas pela elevação da produtividade; ii) o barateamento dos preços, em função da elevação do nível de produtividade, sendo que a adoção crescente da automação diminuiu drasticamente o emprego industrial, agravando ainda mais as condições de expansão do exército industrial de reserva e a subutilização de força de trabalho, ao lado da intensificação da exploração dos trabalhadores; iii) o avanço da economia chinesa, reorganizando o espaço econômico tanto no interior do bloco de economias centrais (OCDE), quanto numa nova interação entre a própria China e as economias periféricas, fortalecendo um padrão de demanda internacional por recursos naturais (sistema agroalimentar, minerais diversos); iv) as

⁹ Harvey (2012) ao tratar da experiência contínua humana da relação entre espaço e tempo, construindo a categoria “compressão espaço-temporal”, desenvolve uma rica e necessária condição interpretativa para o processo de expansão capitalista. Na sua crítica a ideia de pós-modernidade o autor observa que da “perspectiva materialista (...) as concepções de tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social” (HARVEY, 2012, p. 189). A noção de padrão de reprodução do capital integra esta materialidade de espaço e tempo para se pensar as formações econômico sociais da modernidade.

novas tecnologias de comunicação, estabelecendo aceleração do fluxo de dados ao nível global (BELLUZZO, 2009; MARTINS, 2011; HARVEY, 2017; VAROUFAKIS, 2017).

Para análise da expansão da soja no Maranhão e seus impactos nos interessa observar a constituição do atual padrão periférico de reprodução do capital no Brasil, acompanhando a lógica de uma “nova espiral de dependência” decorrente dos movimentos reorganizativos do capitalismo estabelecidos desde os elementos acima enunciados. Assim, temos estabelecido no caso brasileiro e latino-americano um “padrão de especialização primário-exportador”, sendo que a manutenção das condições de dependência se dá estabelecendo uma forte reprimarização da economia brasileira e, muito especificamente, com perda na base industrial e avanço de um padrão agrário exportador como trataremos na seção seguinte (OSÓRIO, 2012; DELAGADO, 2009; TRINDADE & OLIVEIRA, 2017).

2.2 ACUMULAÇÃO AGRÁRIA E O PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO PRIMÁRIO EXPORTADOR

A política econômica da Ditadura foi decisiva para o fortalecimento do agronegócio e da conformação de uma burguesia agrária internacionalizada, sendo o processo de apropriação fundiária de amplas áreas amazônicas parte desta convergência entre tecnocracia estatal e interesses do grande capital. Ianni (1979, p. 47) observa que a “inclusão da agricultura, em geral, na política governamental de exportação a qualquer custo, levou o poder estatal a favorecer, sob todas as formas, os negócios das empresas que se criavam ou estavam funcionando no setor”.

O agronegócio¹⁰ se torna um dos centros estratégicos, tanto estabelecendo uma base centrada na produção primária-exportadora, quanto tornando as regras de controle fundiário como parte de fortalecimento e reorganização da burguesia agrária brasileira. Delgado (2005, p. 58) observa que o “período histórico (1965-1982) constitui-se (...) na ‘idade de ouro’ do desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana e como o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público”.

Aspecto a ser denotado é que o avanço do modelo “agro minero-exportador” teve neste interregno as forças de impulsão necessárias: de um lado o Estado atuando no favorecimento e fortalecimento da burguesia agrária e, de outro, o mesmo Estado atuando repressivamente sobre os segmentos organizados de trabalhadores camponeses, assim como a transferência subsidiada de terras públicas aos grupos empresariais, consolidando um mercado de terras integrado aos circuitos transnacionais econômicos.

Aspecto destacado por Ianni (1979, p. 159) é que a ditadura favorece “a monopolização das terras pelos capitalistas nacionais ou estrangeiros. A terra é transformada em mercadoria, objeto e meio de produção de valores de troca, colocada no circuito da reprodução do capital, como propriedade privada, principalmente da grande empresa estimulada e protegida pelo poder estatal”. Duas observações: i) a terra enquanto mercadoria implica um capital fictício próprio para especulação, algo que somente se impulsionará nas décadas seguintes, como demonstra Delgado (1985) e; ii) a renda fundiária organizará a dinâmica do mercado de terras e da disputa pelos direitos de

¹⁰ O termo “agronegócio” surge em meados dos anos 1950. Davis e Goldberg (1957) estabelecem o agronegócio enquanto forma econômica que compreende um complexo agrícola, industrial, mercantil e financeiro como uma totalidade. Mais recentemente, autores como Teubal (2008, p. 140) observam que o agronegócio se trata de um modelo “com predomínio do capital financeiro” e “com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração”. Conferir também Welch e Fernandes (2008, p. 164).

propriedade, com os óbvios conflitos e extermínio de indivíduos e populações, originárias ou migratórias.

Pode-se sistematizar alguns eixos para se repensar a estrutura fundiária brasileira, sintetizados em oito vetores relacionais: a) característica de propriedade e posse dos estabelecimentos rurais; b) dimensões médias dos estabelecimentos; c) tipo, dimensionamento e apropriação de renda fundiária (absoluta e diferencial); d) principais arranjos produtivos e base reprodutiva principal (capitalista, semi-capitalista, camponesa); e) padrão e forma de intervenção estatal; f) conflitos sociais pela terra; g) grau de impacto ambiental e h) padrão de crescimento populacional e relação rural-urbano. A interatividade entre os aspectos assinalados a fim de analisar mais detidamente e repor o debate da questão agrária na atual conjuntura brasileira aparecem muito refletidos no empoderamento do atual padrão de reprodução econômica nacional baseado na expansão do agronegócio.

O fortalecimento do discurso de modernização agrária se tornou o núcleo do pensamento econômico conservador brasileiro, sedimentado por duas condições estabelecidas desde o final dos anos 1990: i) a geração de permanentes superávits comerciais com vistas a solução dos problemas de balanço de pagamentos, algo que se firmou inclusive nos governos Lula e Dilma e; ii) o aprofundamento das condições de financeirização econômica do país, sendo que a utilização de ativos do mercado de terras se tornam elemento chave da lógica neoliberal brasileira. Como observa Delgado (2005, p. 51) “uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura fundiária (...) reforça as estratégias privadas de maximização da renda fundiária e especulação no mercado de terras”.

A interação entre o Estado agrário e o controle social da terra manifesta algumas alterações ao longo dos últimos séculos, porém a manutenção do poder fundiário nos parece inquestionável mesmo em momentos de elevada organização da sociedade brasileira. Delgado (2005, 2015) considera que houve alteração qualitativa entre a Lei de Terras de 1850, que o autor considera que “trata a terra como se fosse uma simples mercadoria” e o Estatuto da Terra de 1964 e a CF de 1988 que, segundo ele, “substitui a velha tradição do direito de propriedade” e avança pela adoção do “princípio da função social”.

Delgado (2005, p. 58) observa que a modernização conservadora imputada pelo regime militar caminhará no sentido do “aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo”. Podemos afirmar, com certa exatidão que o regime de 1964 e as bases ideológicas econômicas firmadas ainda no período 1965/1985 estabelecem os elementos de organização do atual regime agroexportador, mas também resultante da derrota que o regime ditatorial imporá aos movimentos sociais e, muito especificamente, aos segmentos organizados em torno de uma proposta de reforma agrária, como assinalam Ianni (2004), Delgado (2005) e Martins (1986).

O aprofundamento do domínio do agronegócio e as alterações nos próprios marcos tributários, estabelecendo completa isenção tributária aos segmentos agroexportadores apontou no sentido dos marcos do regime agroexportador nos últimos 30 anos, definindo um modelo de completa mercantilização da terra e alienação por despossessão de parcela do campesinato pobre e médio, assim como “reforça a estratégia de concentração e especulação fundiária no mercado de terras (...) [propiciando] a apropriação da renda fundiária pelos grandes proprietários (DELGADO, 2005, p. 62).

O Matopiba constitui uma das maiores áreas de expansão do capital agrário nacional, sendo que os elementos da questão agrária e da renda fundiária obtida nesta região são fatores relevantes para análise do atual ciclo de acumulação brasileiro.

Considerando as expressões da acumulação por espoliação que leva a uma crescente perda de terras pelos pequenos produtores, o que no debate da questão agrária implica a expropriação de produtores locais de seus sítios de origem e a substituição de formas de produção tradicionais pela produção capitalista (ou então a subordinação daquela por esta). Considerando a dinâmica territorial agrária brasileira, em que a terra é concentrada na atividade agrícola mecanizada em detrimento da produção familiar, espera-se, com a expansão daquela, que o número de estabelecimentos agropecuários de menor escala seja fortemente afetado pela apropriação de terras.

A proporção de pequenas propriedades tem diminuído de forma mais acentuada no Maranhão em comparação com o restante do Brasil, realidade que pode ser evidenciada a partir da variável proporção de propriedades com menos de 10 hectares em comparação com o total de propriedades no território em questão. Atesta-se que a proporção de estabelecimentos com menos de 10 hectares diminuiu de 85,3% do total em 1970 para 54,4% em 2017 no Maranhão, enquanto para o Brasil, a redução foi de 51,2% para 50,1%. Ao mesmo tempo, cresce a proporção de estabelecimentos de tamanho médio (de 10 a 100 hectares) no Maranhão, de 7,6% para 28,6%, enquanto este valor se mantém praticamente o mesmo para o Brasil. Estes dados evidenciam a concentração de terras e o avanço do capital agrário no Maranhão, permanecendo essa região, parte do Matopiba, como lócus de expansão da fronteira agrícola e de apropriação de recursos naturais e da renda fundiária.

Ao mesmo tempo, ao analisar o outro extremo, das propriedades de maior dimensão, também é possível notar que no Maranhão se tendeu a concentrar cada vez mais a terra. Conforme visto no Gráfico 3, enquanto a proporção de estabelecimentos de 100 a 1000 hectares e acima de 1000 hectares se mantém estável para o Brasil (entre 8,4% e 0,9% respectivamente), há significativo aumento no Maranhão. Neste sentido, em 1970, os estabelecimentos de 100 a 1000 hectares eram 4,03% do total, passando a 8,94% do total em 2017, enquanto aqueles de mais de 1000 hectares passaram de 0,48% para 6,56% do total na região.

Ainda com base nos dados Censo Agropecuário de 2017 observa-se uma estrutura fundiária de elevada concentração de terra, resultado do longo período de concessão de terras públicas para implantação de empreendimentos agropecuários, algo que se acirrou durante a Ditadura Militar e, como assinalou, Ianni (1980) reforçou o “Estado agrário” brasileiro. Assim, considerando a noção de agricultura familiar utilizada pelo IBGE, que responde em grande medida ao campesinato pobre e médio da percepção marxista, temos que para o Maranhão de um total de quase 220 mil estabelecimentos, cerca de 91%, aproximadamente 199,9 mil eram referentes a agricultura familiar; porém, quando se observa a área total dos respectivos estabelecimentos temos que os camponeses detêm somente 20,34% da área dos estabelecimentos rurais, ou seja, somente 248 mil hectares, o que nos dá um estabelecimento médio de somente 1,24 hectares, insuficiente para manutenção mínima da produção dos agricultores familiares.

Outra evidência importante deste conflito entre capital e trabalho diz respeito à criação de gado bovino, que também é lócus da atuação do capital internacional a partir das grandes empresas, como a Marfrig e a JBS. Esta última empresa, no ano de 2022, teve lucro líquido recorde de R\$34,6 bilhões de reais, no mesmo ano em que, segundo a OXFAM-Brasil, cerca de 33 milhões de brasileiros estavam em situação de fome¹¹. Em 1990 o rebanho bovino brasileiro era de aproximadamente 147 milhões de cabeças, sendo que o Maranhão detinha um rebanho total de 4,04 milhões. Já em 2010 os números tinham

¹¹ Sobre a rentabilidade da JBS conferir: <https://mediaroom.jbs.com.br/noticia/jbs-encerrou-com-lucro-liquido-de-r-bilhoes-e-receita-liquida-recorde-de-r-bilhoes>. Quanto a vulnerabilidade alimentar no Brasil conferir: <https://www.oxfam.org.br/especiais/olhe-para-a-fome-2022/>

evoluído de tal forma que o rebanho brasileiro ultrapassou os 209 milhões de cabeças e no Maranhão chegou a 7,05 milhões. No ano de 2022 para um rebanho nacional de 235 milhões de cabeças o Maranhão representava próximo a 4% do total brasileiro, com aproximadamente 9,5 milhões de cabeças¹².

Segundo aponta levantamento feito pelo Mapbiomas, com base em imagens de satélites registradas entre 1985 e 2020¹³, tanto o bioma amazônico, quanto o cerrado foram fortemente impactados e revertidos em áreas de plantio agrícola, principalmente soja. No caso amazônico hoje alcançou 5,2 milhões de hectares, o que equivalia em 2020 a 14% do total nacional, mas foi no cerrado que o crescimento foi mais acelerado, responsável no início desta década por 42% da agricultura brasileira, após uma expansão de 464% entre 1985 e 2020.

O desmatamento anual do Cerrado e Amazônia responde ao crescente processo de ocupação fundiária, seja como parte da expansão agronegócio, seja como parte do ganho financeiro com o uso da terra. Segundo o MapBiomas (2024) foram mais de um milhão de hectares desmatados no Cerrado, sendo que os “dois maiores biomas do Brasil – Amazônia e Cerrado – somam mais de 85% da área total desmatada no país (...). Em 2023, o Cerrado correspondeu a 61% da área desmatada em todo o país e a Amazônia por 25%”.¹⁴.

A questão agrária e a lógica do ganho via renda fundiária estão no centro do aprofundamento da dependência brasileira enquanto modelo de precária soberania e do modelo de expansão capitalista no Maranhão e na Amazônia brasileira, pontos centrais de análise e de debate permanente, como observa Delgado (2024) o agronegócio reflete “uma equação à dependência externa do Brasil, mantendo essa dependência. Do ponto de vista econômico, isto se faz com uma quantidade muito grande de subvenções”¹⁵, principalmente tributárias e de manutenção de ganhos extraordinários via apropriação de renda fundiária, com baixo retorno para as populações rurais dos pequenos e médios municípios da rota do agronegócio, como se verá para o caso do estado do Maranhão.

3- A ROTA DA SOJA NO MARANHÃO: ANÁLISE DE TRÊS SUBREGIÕES

3.1 A ACUMULAÇÃO AGRÁRIA E O PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO AGROEXPORTADOR NO MARANHÃO

A Rota da Soja no Maranhão se inicia pelo corredor da BR 222, sendo que a região de Balsas está no centro dessa rápida expansão do agronegócio da soja no cerrado maranhense, como trataremos nesta seção e já foi retratado por outros autores como Feitosa et al. (2023) e Favareto et al. (2019), porém buscando observar o arco leste que se estabelece da fronteira de expansão agrária. Os dados de expansão da área de plantio são ilustrativos da rápida conversão do cerrado maranhense em “plantation” de soja, como podem ser vistos no Gráfico 1 temos uma elevada taxa de crescimento no período de 1990/2005, período em que se estabelece a lógica organizadora da economia no atual padrão de reprodução econômica, principalmente após o período de valorização cambial

¹²Conferir IBGE: Pesquisa da Pecuária Municipal. Acesso em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/PP/A/40/T/Q>

¹³ Conferir: <https://globo.rural.globo.com/Noticias/Sustentabilidade/noticia/2021/10/matopiba-teve-76-da-expansao-agricola-sobre-vegetacao-nativa-nos-ultimos-5-anos.html>

¹⁴ Conferir: <https://brasil.mapbiomas.org/2024/05/28/matopiba-passa-a-amazonia-e-assume-a-lideranca-do-desmatamento-no-brasil/>

¹⁵ “O agronegócio não paga três tributos-chave: o Imposto de Exportação, o Imposto de Renda, onde conta com uma redução substancial, com alíquotas na faixa de 10% a 12%, e o Imposto Territorial Rural, reduzido a praticamente nada”. Conferir: <https://www.cartacapital.com.br/economia/e-o-rabo-abana-o-cachorro/>

pós plano real e de desoneração tributária para exportação pós Lei Complementar 87/96 (Lei Kandir)¹⁶.

A produção de soja inicia ainda nos anos 1980 no sul do estado tendo como condições centrais, segundo Feitosa et al. (2023) e Buaianain et al. (2017), o desenvolvimento pela Embrapa de tecnologia própria de adaptação da soja ao cerrado, aliado aos baixos preço de terra na região, o que “atraiu produtores das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, para a produção de soja nas suas fronteiras com os estados de Tocantins, Piauí e Bahia, que se tornou um espaço promissor para a produção daquele grão e de outras commodities” (FEITOSA et al. 2023, p. 117).

Essa interpretação, com uma conotação mais tecnicista, deve ser condicionada a três aspectos que enunciamos anteriormente, mas que se faz necessário novamente tratá-los:

i) Primeiramente, o conjunto da economia brasileira é preparada para um padrão de especialização primário exportador, algo que já decorria desde a Ditadura Militar, como demonstram, entre outros Ianni (1979, 1980), Delgado (1985, 2005) e Oliveira (1987), sendo a política de incentivos fiscais, via Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e Sudeco (Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste). Ianni (1979, p. 32) frisa um aspecto importante para entendermos o futuro ciclo baseado no agronegócio: “a política econômica governamental” do período militar “favoreceu (...) o capital estrangeiro [e] (...) sua presença no setor agropecuário do subsistema econômico brasileiro”.

Assim, não somente no Centro Oeste e Amazônia, mas em todas as regiões de possível expansão da agropecuária se observam estímulos estatais tanto no sentido da concentração fundiária, como também na utilização de novas técnicas de produção agrícola, algo que é sobejamente conhecido em termos do papel da Embrapa no processo de desenvolvimento do plantio da soja no cerrado e na Amazônia (BUANAIN et al. 2017; RODRIGUES & TERRA, 2018; DELGADO, 2005).

ii) Segundo, observa-se desde os anos 1990 uma dupla condição muito favorável a expansão do agronegócio em todas as latitudes brasileiras: a apreciação cambial que, frente a elevação do preço internacional de *commodities* alimentícias¹⁷ estimula a formação de novas frentes agrícolas, estabelecendo novas fronteiras de expansão, mesmo no curto prazo. Uma segunda condição foi o estímulo oferecido pela desoneração tributária que possibilita que a exportação de recursos naturais, matérias-primas e semielaborados não sejam taxados, algo que reduz ainda mais a contribuição tributária de

¹⁶ A chamada Lei Kandir (LC 86/96) alterou a legislação tributária nacional e, mais especificamente, a cobrança dos tributos federativos referentes a circulação de mercadorias (ICMS). Muito especificamente desonerou desses tributos as mercadorias destinadas a exportação, inclusive bens semielaborados, foi posteriormente constitucionalizada através da EC 42/2003. Para análise crítica desta legislação e seus efeitos conferir: Oliveira (2006, 2012); Biasoto Jr. (2006); Santos (2010).

¹⁷ O Índice de Preço dos Alimentos da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês) referentes ao acompanhamento da evolução mensal dos preços dos alimentos no mundo pode ser visto em <https://www.fao.org/worldfoodsituation/foodpricesindex/en/>, sendo que a série desse indicador começa em 1990. Os ciclos de elevação dos preços foram recorrentes nos últimos trinta anos, passando por dois momentos de grande elevação (2003 a 2011 e o atual 2019 a 2023), conferir para uma análise sistematizada: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opinioao-cepea/o-que-esperar-dos-precos-das-commodities-alimenticias-nos-proximos-meses.aspx#:~:text=O%20pico%20de%20alta%20recente,em%20termos%20de%20d%C3%B3lares%20nominais>.

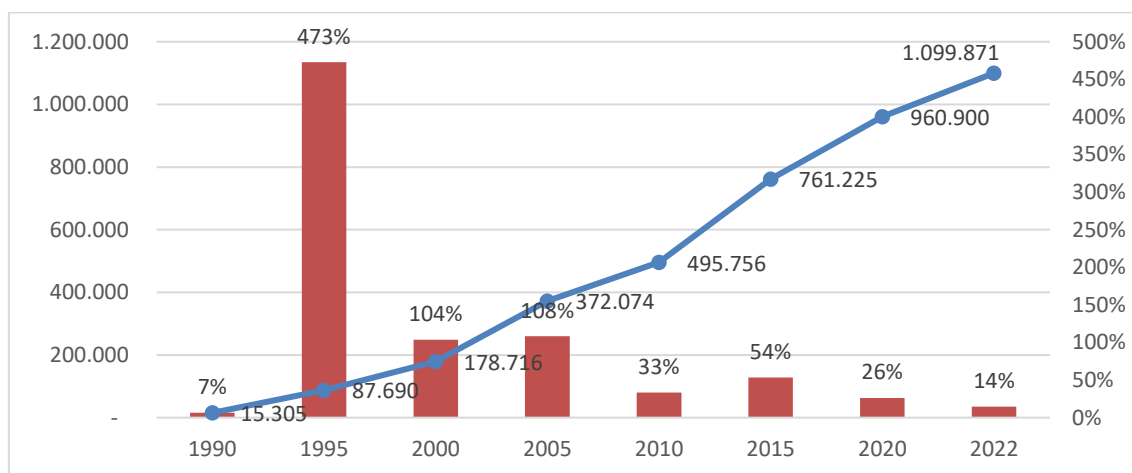
um setor que já pouco contribuía, algo que já era registrado no clássico trabalho de Caio Prado Jr. ([1960] 2007).

iii) Por fim, ponto central, frisado por Delgado (2005, p. 69) refere-se ao preço da terra e ao “refluxo da renda agrícola e da renda fundiária”. Delgado (2005) pondera corretamente que a ocupação agrária extensiva de terras são não somente resultantes do componente agrícola, mas também do “ajustamento financeiro”, que repercute “na renda da terra e na especulação fundiária”.

A expansão agrária no *hinterland* maranhense acompanha a dinâmica dos fatores elencados, sendo que ao longo das décadas de 1990 e 2000 observa-se uma exponencial taxa de crescimento, que no período de 1990 a 1995 atinge mais de 470% e que somente se atenua após 2020, mesmo assim crescendo 26% entre 2015 e 2020. Assim, ainda nos anos 1990 a área destinada ao plantio de soja era inferior a quinze mil hectares e trinta anos depois (2022) responde por mais de um milhão de hectares.

Gráfico 1

Expansão do Plantio de Soja no Estado do Maranhão (Absoluto em Hectares e Crescimento em %)

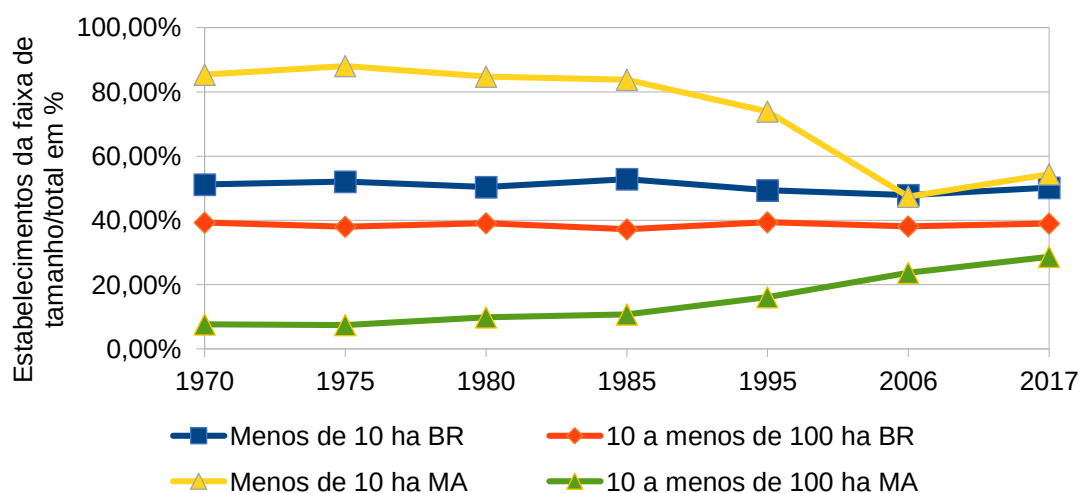


Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/IBGE, 2024), vários anos. Elaboração própria. Dados disponíveis em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>; acesso em 22/08/2024

O Gráfico 2 abaixo demonstra como a proporção de pequenas propriedades tem diminuído de forma muito mais acentuada no Maranhão em comparação com o restante do Brasil, realidade que pode ser evidenciada a partir da variável proporção de propriedades com menos de 10 hectares em comparação com o total de propriedades no território em questão. Observa-se que a proporção de estabelecimentos com menos de 10 hectares diminuiu de 85,3% do total em 1970 para 54,4% em 2017 no Maranhão, enquanto para o Brasil a redução foi bem menor, de 51,2% para 50,1%. Ao mesmo tempo, cresce a proporção de estabelecimentos de tamanho médio (de 10 a 100 hectares) no Maranhão, de 7,6% para 28,6%, enquanto este valor se mantém praticamente o mesmo para o Brasil. Estes dados evidenciam dois elementos importantes: a concentração de terras e o avanço do capital agrário no Maranhão, constituindo o mesmo, juntamente com outros estados da Amazônia Legal locus de expansão da fronteira agrícola e de apropriação de recursos naturais e ganho de renda fundiária.

Gráfico 2

Proporção de estabelecimentos de pequeno e médio porte em relação ao total no Maranhão (MA) e no Brasil (BR) (1970 a 2017)

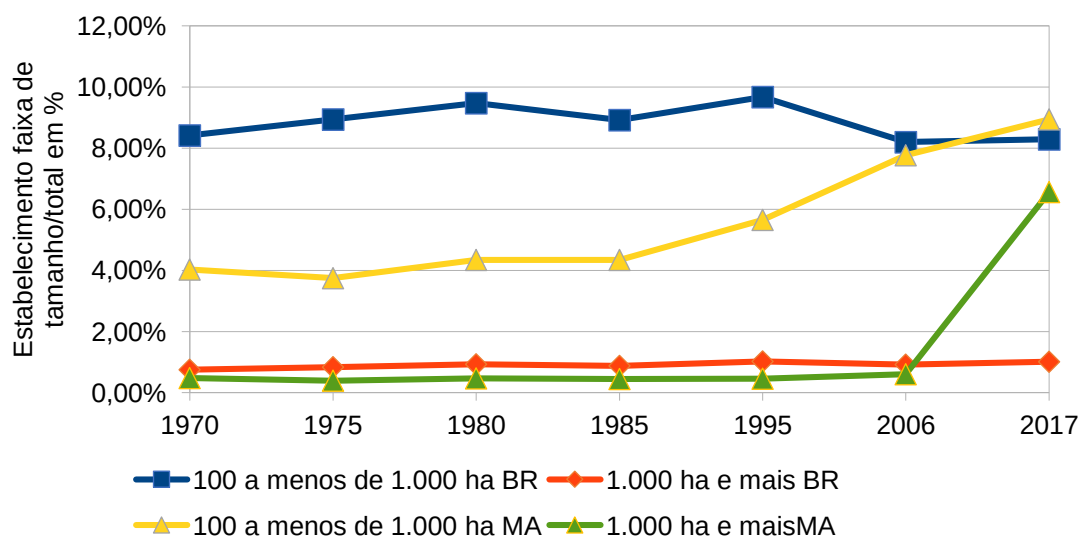


Fonte: Censo Agropecuário IBGE, vários anos. Elaboração própria. Dados disponíveis em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CA/A/Q>; acesso em: 05/08/2024.

Ao mesmo tempo, ao analisar o outro extremo, das propriedades de maior dimensão, também é possível notar que o Maranhão tende a concentrar cada vez mais a terra. Conforme visto no Gráfico 3, enquanto a proporção de estabelecimentos de 100 a 1000 hectares e acima de 1.000 hectares se mantém estável para o Brasil (entre 8,4% e 0,9% respectivamente), há significativa alteração no estado do Maranhão. Assim, em 1970, os estabelecimentos de 100 a 1000 hectares eram 4,03% do total, passando a 8,9% do total em 2017, enquanto aqueles de mais de 1.000 hectares passaram de 0,4% para 6,5% do total na região.

Gráfico 3

Proporção de estabelecimentos de grande porte em relação ao total no Maranhão e no Brasil (BR) (1970 a 2017)



Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, vários anos. Elaboração própria. Dados disponíveis em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CA/A/Q>; acesso em: 05/08/2024.

A análise pode ser completada com os dados comparativos e evolutivos do número de estabelecimentos e suas respectivas áreas totais, vistos no Quadro 1. Assim, é visível a enorme concentração fundiária. No caso do Brasil, os estabelecimentos com áreas acima de mil hectares representavam no universo total em 2006 aproximadamente 0,92% dos 5,1 milhões de estabelecimentos, porém abocanhavam 45% da área total de 333,6 milhões de hectares. No Censo de 2017, esses latifúndios representavam 1,01% do universo de 5,07 milhões, porém controlando 47,6% da área total de 351, 2 milhões de hectares.

O caso do Maranhão e nas áreas de expansão da soja à concentração fundiária é bem superior a nacional e estadual. Balsas é um exemplo do formato de expansão do agronegócio e de sua lógica concentradora de terras, seja para o uso das “plantations”, seja especulativo. Assim, na referida sub-região em 2006 aqueles estabelecimentos de grandes áreas representavam 3,17% de um total de 13,7 mil estabelecimentos, controlando quase 54% da área total de produção. O movimento que ocorre ao longo da última década produz dois efeitos visíveis: i) reduz o número de estabelecimentos, diminuindo de 13,7 mil para 9,8 mil; ii) concentra terra entre os estabelecimentos com mais de mil hectares.

Quadro 1 – Comparativo Estabelecimento e Área (2006/2017) (em %)

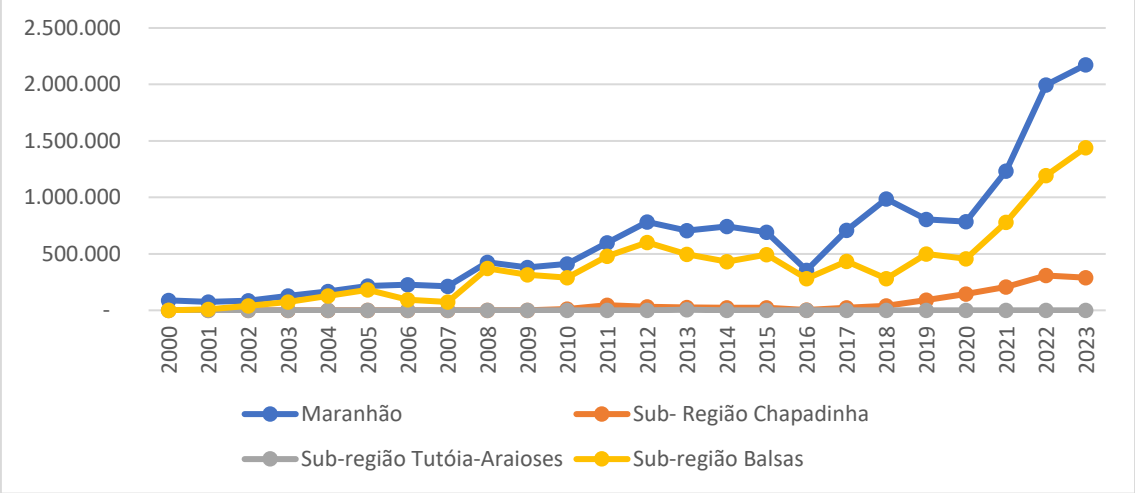
		Brasil		Maranhão		Chapadinha		Balsas	
		2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Total (em Mil)	Estab	5.175.636	5.073.324	287.039	219.765	18.561	19.606	13.778	9.837
Sem área		4,93	1,52	6,09	7,96	26,6	5,73	15,49	0,77
Menos de 10		47,86	50,14	47,39	54,4	61,44	78,45	14,11	13,49
10 a 100		38,09	39,04	23,7	28,67	8,77	13,47	40,46	55,88
100 a 1.000		8,2	8,29	7,77	8,24	2,97	2,04	26,77	25,93
> 1.000		0,92	1,01	0,6	0,74	0,19	0,31	3,17	3,92
Total (em ha)	Área	333.680.037	351.289.816	13.033.568	12.238.489	307.704	457.229	2.227.155	2.428.430
Menos de 10		2,34	2,28	1,37	1,47	3,73	4,42	0,24	0,23
10 a 100 ha		18,85	18,16	20,07	18,87	19,3	16,31	8,77	9,05
100 a 1.000		33,82	31,96	42,35	36,1	41,95	19,64	36,76	27,26
> 1.000		45	47,6	36,22	43,56	35,02	59,63	54,22	63,45

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, vários anos. Elaboração própria. Dados disponíveis em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CA/A/Q>; acesso em: 05/08/2024.

Nota: Os dados para região Tutoia-Araiozes foram disponibilizados de forma incompleta pelo Sidra/IBGE.

A lógica econômica firmada desde os anos 1990, com a instauração do neoliberalismo e do padrão de especialização primário exportador foi a de gerar superávits comerciais e atenuar qualquer possível desequilíbrio cambial. A mais variada literatura econômica observa que o sucesso do modelo teve um preço pago com a crescente desindustrialização do país e continua fórmula “stop-go” de baixo crescimento (GENTIL & ARAÚJO, 2021; BRUNO, 2021; MARTINS, 2011; DELGADO, 2005).

Gráfico 4
Exportação de Soja – Maranhão e RGI (em MIL US\$)



Fonte: ComexStat (2024). Acesso em: Fonte: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio>. Elaboração própria.

A obtenção dos referidos superávits se fez com a crescente “comoditização” da produção agrícola nacional, inclusive reduzindo as áreas de plantio de bens de subsistência como feijão e arroz, mas com uma expansão forte da produção e exportação de grãos de soja. As taxas de crescimento da exportação de soja são bastante eloquentes quanto ao significado da correlação entre o modelo de especialização primário exportador e o peso econômico e político que assume o agronegócio no atual contexto brasileiro. Nas últimas duas décadas a exportação de grãos do Maranhão alcança um volume próximo a 2,5 bilhões de dólares, alcançando no período de 2020 a 2023 uma taxa de crescimento próxima a 170%, superior a brasileira.

Quadro 2 – Crescimento Acumulado da Exportação de Soja (em %)

Crescimento Acumulado (%)	2000/2005	2005/2010	2010/2015	2015/2020	2020/2023
Brasil	143	108	90	36	86
Maranhão	141	92	68	13	177
Chapadinha			85	558	98
Balsas		58	71	-7	215

Fonte: ComexStat (2024). Acesso em: Fonte: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio>. Elaboração própria.

Na seção seguinte analisa-se mais detidamente três regiões maranhenses, tendo o sentido de aproximação do concreto e integrando a lógica territorial das pequenas e médias municipalidades ao padrão de especialização primário exportador.

3.2 TRÊS REGIÕES DO MARANHÃO EM ANÁLISE

O estado do Maranhão encontra-se dividido em 23 Regiões Geográficas Imediatas (RGI), ou seja, uma divisão que considera as “relações mais cotidianas”, segundo a divisão territorial estabelecida pelo IBGE (2017) essas “regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho;

procura por serviços de saúde e educação (...)”¹⁸. Essa divisão correlaciona os aspectos econômicos chaves para análise territorial, compreendida as condições de desenvolvimento e projeção de acumulação de capital em determinadas localidades.

A análise que se estabelece considera três dessas regiões imediatas para análise, sendo que o nexo de interligação de estudo baseia-se em quatro aspectos centrais: i) a característica de serem regiões de entrada para a pré-Amazônia brasileira, com um bioma diversificado, mas muito influenciado pelo bioma Cerrado e caatinga; ii) constituem regiões de rápida expansão da soja, como mostraremos; iii) são regiões formadas por municípios que compõem o chamado Matopiba, espaço central de análise em função de ser fronteira de expansão do agronegócio¹⁹ e; iv) observar os indicadores sociais (emprego, renda, desigualdade) e o impacto das alterações sobre as populações locais.

Quadro 3 – Elementos Demográficos e PIB das Regiões de Estudo e Maranhão

UF	População		Tx Cresc (%)	Área (1)	Densidade	PIB (2) (Mil R\$)	% PIB MA
	2010	2022					
Brasil	190.755.799	203.080.756	0,54	8.510.417,8	23,9	9.012.142.000	
Maranhão	6.574.789	6.775.805	0,25	329.651,5	20,6	124.980.720	
Tutoia (7)	177.117	172.923	0,20	7.149,9	24,2	1.545.448	1,24
Chapadinha (10)	249.016	268.485	0,65	12.227,7	22,0	2.564.177	2,05
Balsas (12)	209.968	233.893	0,95	57.161,0	4,1	12.702.247	10,16

Fonte: IBGE/SIDRA (2024). Elaboração própria. Acesso em:

Notas (1): Áreas das UF's em Km². (2) PIB de 2021 em valores correntes de 2010.

A área de análise constitui parte da frente de expansão do agronegócio no Maranhão, sendo constituído por biomas principais de Cerrado e caatinga, mas também parte da Pré-Amazônia. O total de unidades que compõem as três Regiões Imediatas analisadas são no total de 29 (vinte e nove) pequenos e médios municípios tendo uma população total de aproximadamente 675 mil habitantes, perfazendo quase 10% da população maranhense para o ano de 2022, com uma baixa taxa de crescimento demográfico (0,47%), inferior a brasileira, mas superior a maranhense e com uma densidade demográfica média em torno de 16,7 hab/Km².

¹⁸ Conferir: IBGE. O recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias de 2017. Acesso em: https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/#/home

¹⁹ Segundo Favareto et al. (2019): “Matopiba é a denominação atribuída à vasta porção do Cerrado brasileiro e parte da Amazônia Legal que envolve todo o estado do Tocantins, mais o oeste baiano e o sul do Maranhão e do Piauí (...). Ali está a principal fronteira de expansão da agropecuária brasileira, além da Amazônia. São 337 municípios, em uma área total de 73 milhões de hectares”.

Quadro 4 - População e números de Municipalidades nas RGI de Estudo, segundo classes de tamanho (2010/2022)

Classes de Tamanho (Hab.)	2010			2022			Taxas anuais de crescimento Populacional
	População	Nº de Municípios	% da Pop Total	População	Nº de Municípios	% da Pop Total	2010/2022
< 20 Mil	199.150	18	32,3	206.016	18	31,5	3,45%
Entre 20 e 50 Mil	207.076	8	33,6	210.631	8	32,2	1,72%
Entre 50 e 100 Mil	209.666	3	34,0	134.742	2	20,6	-35,73%
Maior que 100 Mil	0	0	0,0	101.767	1	15,6	
Total RGI	615.892	29	100,0	653.156	29	100,0	6,05%

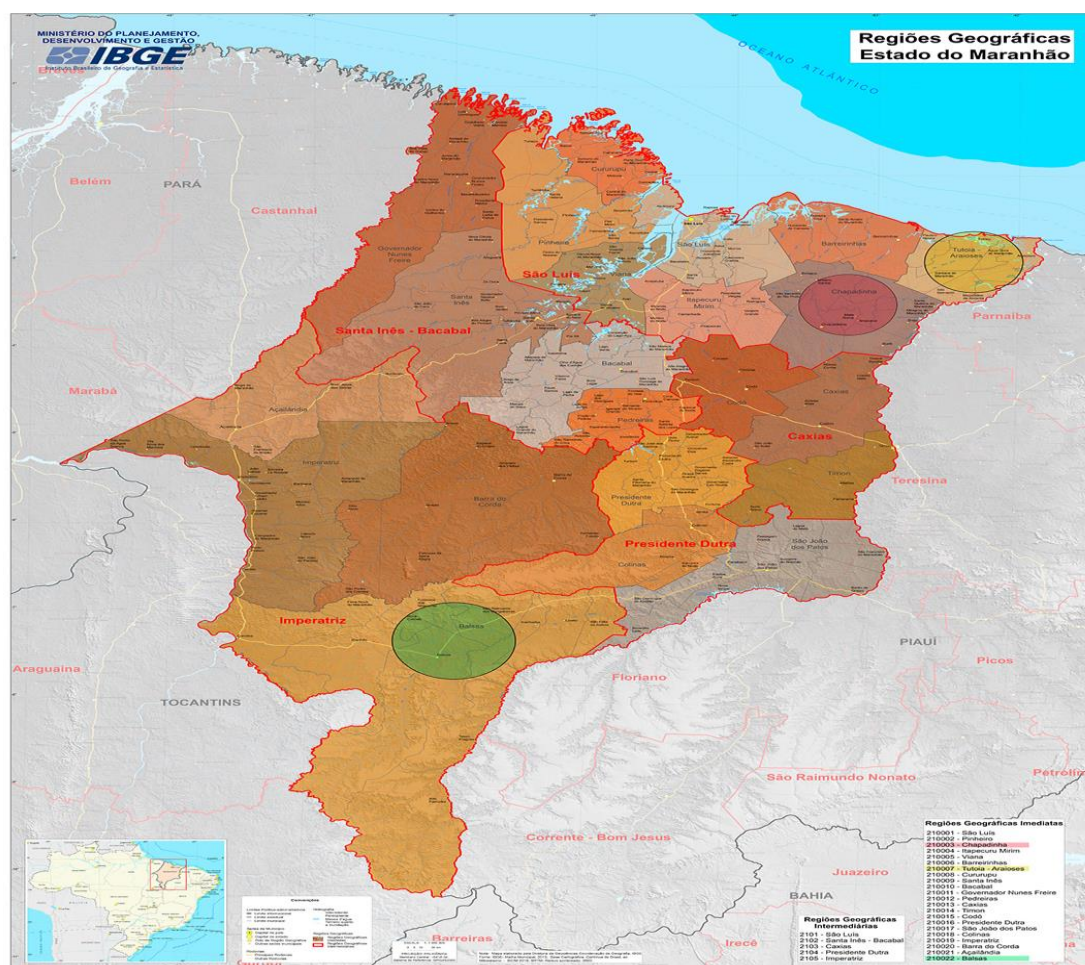
Fonte: IBGE (2010, 2022). Elaboração própria.

A maior parte dos municípios que fazem parte das referidas regiões são pequenos, com populações inferiores a vinte mil habitantes, configurando um meio rural e regiões microurbanas contíguas. As características de limitação de oportunidades de emprego são dadas pelas restrições tecnológicas próprias da produção de *commodities*, principalmente os *feed-grains*. Essas características levam a um baixo grau de interação econômica entre a produção do agronegócio e a reprodução social necessária da população das pequenas cidades, algo denotado em diversos estudos e presentes na região analisada (DELGADO, 2005, FAVARETO et al., 2019)²⁰.

Quanto a riqueza agregada, o PIB das três regiões perfaz aproximadamente 16,8 bilhões de reais segundo as Contas Regionais de 2021, respondendo por quase 13,5% do PIB total do estado do Maranhão. Porém, as regiões são muito diferentes quanto aos diversos aspectos demográficos e de reprodução econômica, mas apresentam um fator comum: a rápida expansão da produção de soja, estabelecendo uma rota que interliga o leste e o sudeste do maranhão que correspondem aos três círculos em destaque na figura abaixo, sendo a RGI de Balsas a que se expande mais rapidamente, concentrando quase 10% do PIB estadual.

²⁰ Nos apoiamos em Delgado (2005, p. 70) que observa que a baixa oportunidade de emprego de força de trabalho no agronegócio baseia-se no “caráter capital-intensivo do sistema de produção de *commodities*, sob comando do empreendimento tipicamente de mercado”.

Figura 1
Regiões Geográficas Imediatas do Maranhão



Fonte: IBGE (2017). Adaptação própria. Nota: Regiões de estudo em círculos em destaque.

Analisando o interior do setor agropecuário das três sub-regiões sinalizadas é possível verificar que a produção agrícola nas mesmas cada vez mais é ocupada pela produção de commodities, como a soja, cana-de-açúcar e milho, em detrimento de outras culturas de maior importância para a alimentação dos habitantes locais e abastecimento do mercado interno, como o arroz, a mandioca e o feijão, com evidentes repercussões territoriais e nas condições de vida da grande maioria da população²¹.

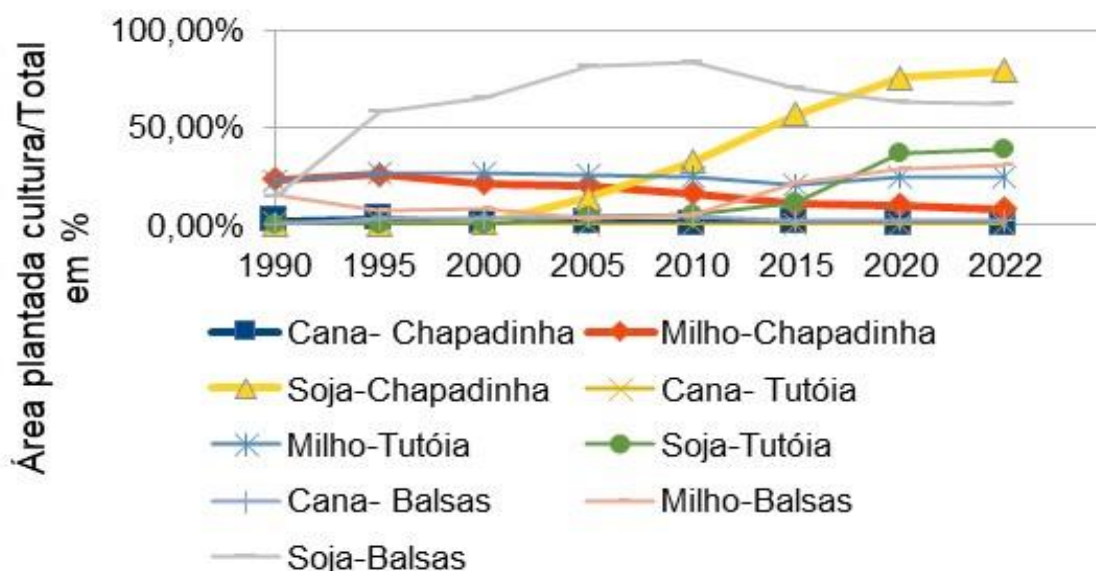
Analisando dados quinquenais da Pesquisa Agrícola Municipal de 1990 até 2022 (Gráfico 5), é possível ter evidências desta alteração na produção. Deve-se frisar que o rastro de avanço se concentra principalmente na soja. No início da série, cana-de-açúcar, milho e soja representavam, respectivamente: 0,21%, 15,1% e 14,2% da área plantada na principal Região de produção que era Balsas. Em 2022, os valores eram de 1,9%, 30,1% e 62,1%, representando aumento tanto absoluto como relativo da ocupação de terras para a produção de commodities direcionadas ao mercado externo, sobretudo a soja.

²¹ Essa observação aparece generalizada em toda região do Matopiba e se estende rapidamente para Amazônia. Favareto et al. (2019, p. 355) sintetiza dos seguintes termos: "Além do custo ambiental haveria, portanto, um custo econômico e social de longa duração que estaria sendo mascarado por aparentes ganhos de curto prazo (...). Em síntese palavras, a região estaria se transformando em um enclave de produção de commodities (...) sem benefícios duradouros para o tecido social do território em seu conjunto ou mesmo de forma predominante (...)"

Esse explosivo aumento de participação relativa deve-se ao padrão agroexportador que se consolida na economia brasileira nas últimas quatro décadas, preponderando o fornecimento de commodities agrícolas para o restante do mundo, com grande presença de corporações transnacionais deste setor em solo brasileiro, maranhense e amazônico. Esta tendência se acentuou com a desregulamentação tributária do setor, que seguiu a tendência neoliberal dos governos brasileiros nas últimas décadas, culminando com a conformação de um mercado de terras integrado aos interesses financeiros internacionais, como se observará em seção de análise mais à frente (FAVARETO et al., 2019; PITTA, BOECHAT & MENDONÇA, 2017; TRINDADE & PAIXÃO, 2024; TRINDADE & FERRAZ, 2023).

Gráfico 5

Área plantada de *commodities* em relação ao total nas RGI (1990-2022)



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/IBGE, 2024), vários anos. Elaboração própria. Dados disponíveis em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>; acesso em 22/08/2024

A expansão de soja em Balsas já foi relativamente bem estudada e, como frisa Pitta et al. (2017, p. 163) a “expropriação de pequenos produtores nas áreas de chapada do chamado Gerais de Balsas, no sul do Maranhão, do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, é bastante representativo do processo que (...) de implantação da agroindústria da soja na área do MATOPIBA”. Porém, aspecto importante da análise gráfica acima refere-se a acelerada expansão nas regiões próximas ao Parnaíba, muito propriamente Chapadinha e Tutoia-Araioses.

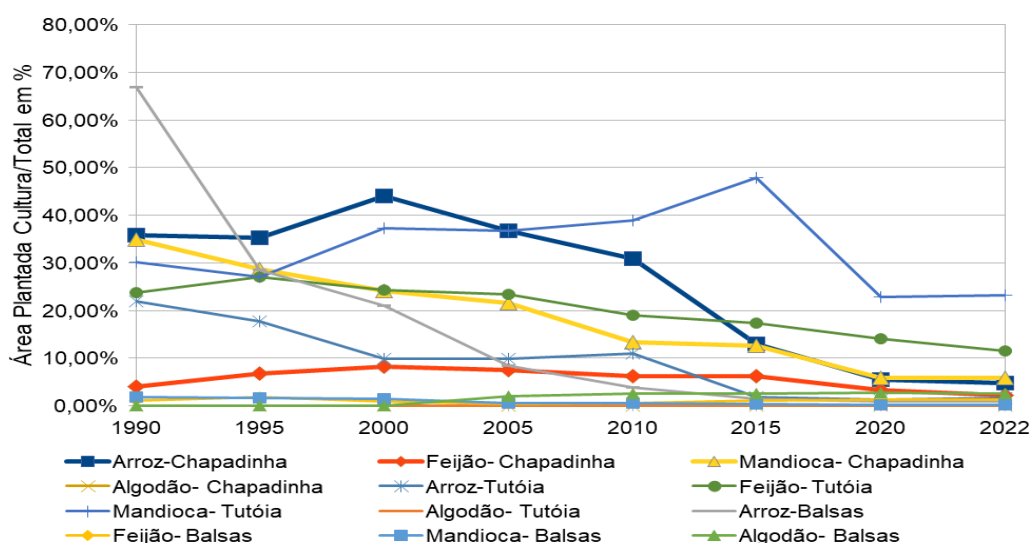
A presença do grande capital agrário transnacional e nacional são os grandes atores da reorganização agrária regional. A presença das tradings estadunidenses Bunge, Monsanto e a brasileira Cargill, se somam “a Ceagro (com capital da Mitsubishi-Japão e do Grupo Los Grobo-Argentina); a XingúAgri (com negócios com a Multigrain-EUA/Mitsui-Japão e com a SLC Agrícola-Brasil)” (PITTA et al. 2017), além de outras vinculadas a grandes fundos financeiros internacionais e empresas nacionais, como a Pampeana²².

²² Empresa que atua na área de acamamento e genética de sementes de soja e que tem grande presença no leste maranhense é a “Sementes Pampeana”, baseada no município de Mata Roma, valendo observar que essas empresas de manipulação genética são resultantes, de um lado da expansão econômica de produtores do sul do país e, por outro, da disponibilidade de bases de

Na Região de Balsas temos a presença do maior sistema de silos de armazenagem da região²³, sendo a logística instalada, aliada ao padrão de desmatamento e expansão agrícola originou diversos impactos socioambientais na região, como a expulsão de agricultores locais, a supressão da vegetação nativa e o desequilíbrio das atividades de pesca que se desenvolvem na região. “O Cerrado, bioma de maior crescimento da agricultura e que tem a maior área dedicada à atividade, é também um dos mais frágeis” sendo que o “último relatório do IPCC prevê uma redução de 20% nas precipitações no Brasil Central e um aumento da temperatura de 4 °C a 5°C”²⁴.

Gráfico 6

Área plantada de culturas para o mercado interno em relação ao total nas RGI (1990-2022)



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/IBGE, 2024), vários anos. Elaboração própria. Dados disponíveis em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>; acesso em 22/08/2024

Como reforço aos problemas de conflitualidade social e ambiental temos, por sua vez, ao se analisar a participação de culturas voltadas ao mercado interno e as condições de reprodução social da população, como demonstrado no Gráfico 6, um declínio bastante acentuado no mesmo período. A cultura do arroz que é uma das principais fonte alimentar da população maranhense, por exemplo, que antes correspondia a 38,8% da área plantada total na região de Chapadinha em 1990, apresentou redução para somente 4,7% em 2022, se repetindo na região de Tutoia-Araioses cujo declínio é ainda mais acentuado, reduzindo-se, no caso desta cultura, de 21,9% em 1990 para menos de 1,8% em 2022, suscitando uma relação crítica entre a expansão da grande produção agroindustrial e a produção de culturas básicas. Como observam Feitosa et al. (2023, p. 117): “Nas décadas de 1960, 1970 e no início dos anos 1980, o Maranhão estava entre os três maiores produtores de arroz do Brasil (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1940-2012). Essa posição foi perdida na metade da década de 1980. Nos anos 1990 o estado passou a

pesquisa cedidas pela Embrapa, portanto resultantes da intervenção estatal. Sobre a referida empresa verificar o site da mesma: <https://sementespampeana.com.br/> e sobre a interação com as pesquisas da Embrapa: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Resumos_expandidos_XXXII_Reuniao_de_Pesq.pdf.

²³ Sobre a infraestrutura de reprodução social do agronegócio em Balsas conferir: Buainain et al. (2017);

²⁴ Conferir: <https://globorural.globo.com/Noticias/Sustentabilidade/noticia/2021/10/matopiba-teve-76-da-expansao-agricola-sobre-vegetacao-nativa-nos-ultimos-5-anos.html>

ser importador líquido desse cereal, principal item da dieta dos maranhenses de todos os estratos sociais”.

O mesmo ocorreu para a importante e fundamental cultura da mandioca, cuja participação diminuiu na região de Chapadinha de 34,8% para 5,8%, e para o feijão, que apresentou diminuição de 23, 7% para 11,5% na região de Tutoia-Araioses. Com isso, é possível verificar que a penetração do agronegócio, por meio das grandes corporações transnacionais e nacionais, impacta negativamente as dinâmicas rurais locais.

Além disso, a multiplicação de conflitos fundiários e a especulação imobiliária prejudicaram os habitantes locais, reforçando o processo de abandono de terras por parte dos agricultores familiares locais, como denotam os estudos realizados pelo Observatório do Matopiba²⁵ e no mapa dos conflitos no campo da CPT (Comissão Pastoral da Terra)²⁶ as três regiões aqui analisadas são as principais de registro de conflitos, sendo que em Balsas, Brejo, Buriti, Colinas, Chapadinha, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos se observam processos de violência contra assentados, quilombolas e posseiros. Ressalte-se, além disto, a falta de rigidez e as irregularidades no cumprimento do licenciamento ambiental estabelecido com o governo do estado. Estas evidências revelam a atuação conjunta entre o capital (internacional e nacional), com a interveniência do Estado Nacional na busca de impulsionar a acumulação, caracterizando claramente a acumulação por espoliação, tal como descrita por Harvey (2008) e tratada por Trindade e Ferraz (2023).

Pode-se aventar enquanto hipótese que o declínio populacional dos municípios de abrangência da rota de expansão do agronegócio, como mostrado nos quadros acima e o declínio dessas culturas tradicionais de alimentação estão correlacionados, algo que necessita ser mais bem estudado, mas que se observa em outras realidades, como no caso do Mato Grosso (FERREIRA, 1988; FAVARETO et al., 2019).

Um dos aspectos centrais da questão agrária clássica ressurge na perspectiva da desapropriação de terras e na acumulação por desapossamento, algo notável quando se observa dois fenômenos correlatos presentes na história e no atual ciclo de expansão do agronegócio: primeiramente as alterações na distribuição de estabelecimentos agropecuários por faixa de tamanho, tanto no caso brasileiro, mas principalmente no caso maranhense, podendo ser extrapolado para as áreas de análise. Segundo, observa-se a expropriação de pequenos produtores locais de suas habitações de origem e a substituição de formas de produção tradicionais pela produção capitalista (ou então a subordinação daquela por esta), algo referente a perda de expressividade do campesinato pobre e médio e a apropriação de áreas de terra por latifúndios destinados ao agronegócio.

Por outro, como tratado em diversos autores como Delgado (2003, 2005) e Marcos (2008) ocorre uma “monopolização do território”, ou seja, as *tradings* do agronegócio ao se instalar “em áreas estratégicas e monopolizam o território, ao determinarem o que ali será produzido, estabelecendo acordos aos pequenos camponeses ou capitalistas que passam a produzir e entregar seus produtos para serem processados por elas” (MARCOS, 2008, p. 195). Os dados demonstram esta assertiva, tanto considerando as reduções de produção dos bens de reprodução social básica, como mostrado acima, quanto considerando o impacto de redução do número de estabelecimentos agropecuários de menor escala afetado pela apropriação de terras, como pode ser observado nos dados expressos abaixo.

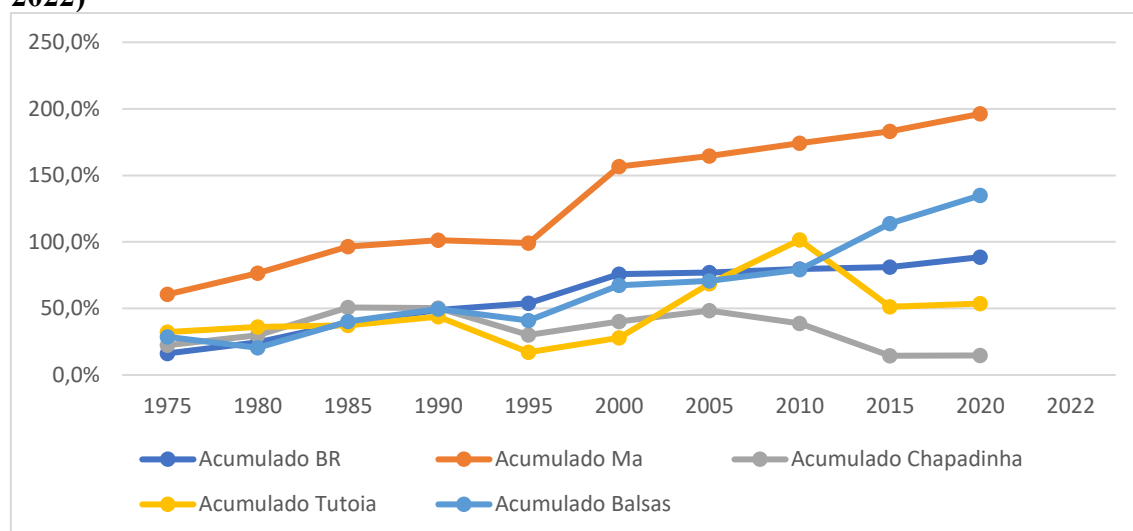
²⁵ Sobre o Observatório do Matopiba acessar: <https://observatorio-matopiba.com.br/>

²⁶ Conferir CPT (2024, p. 31). Sobre o mapa de Conflitos no campo Brasil 2023 acessar: <https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=14308:conflitos-no-campo-brasil-2023&catid=41>

A combinação de expansão da plantação de soja e milho nas três regiões de análise se combinam com o desflorestamento com a pecuária um quadro de crescente precarização das condições de vida das populações locais. Diversos estudos apontam a grande correlação entre a expansão do agronegócio da soja e do gado, como observam Domingues e Bermann (2012, p. 12) “a expansão da produção de soja está causando um grave desmatamento por meio da dinâmica de derrubada da floresta, implantação da pecuária e transformação posterior da área em agricultura mecanizada”, esses autores observam esse quadro para o bioma amazônico, mas também se aplica ao bioma cerrado e aos municípios da rota da soja maranhense. A interação entre as áreas de exploração da soja e da pecuária são orgânicas como mostram os referidos estudos de tal forma que “a sua expansão [da soja] direciona o desmatamento para novas áreas pioneiras e desloca a pecuária para outras áreas (DOMINGUES & BERMANN, 2012, p. 13).

Gráfico 7

Crescimento acumulado de cabeças de gado no Maranhão, Brasil e RGI (1980-2022)



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal, vários anos. Elaboração própria. Dados disponíveis em: - <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/PP/A/Q>; acesso em: 05/08/2024

O cruzamento dos Gráficos 5 e 7 nos denota três interações importantes: i) a expansão da pecuária nas regiões de estudo antecede o ciclo expansivo da soja, o que estabelece uma condição de retirada da floresta e uso expansivo da terra; ii) nas regiões de soja consolidada (Balsas) observa-se uma paulatina expansão da pecuária, sendo que o sistema do que denominaríamos de agropecuária integrada ao agronegócio se manifesta em sua completude, inclusive compondo o cerne do “Sistema agroalimentar transnacional”, termo utilizado por Teubal (2008, p. 141) para tratar “a cadeia agroalimentícia, a que se ocupa da transformação técnica de processos que vão da semente à mesa do consumidor”. As empresas envolvidas são parte dos amplos tradings de comércio e produção globais, parte importante do capital internacional (Bunger, ADM, Cargill, JBS, Marfrigo); iii) as regiões de implantação recente da soja momentaneamente se concentram no regime de produção exclusiva do cereal, inclusive reduzindo a pecuária, como é possível observar nos casos de Chapadinha e Tutóia-Araíoses²⁷.

²⁷ Domingues e Bermann (2012, p. 13) apontam uma dinâmica parecida para o caso de Mato Grosso, segundo esses autores temos que há “elementos que indicam que a soja desloca a pecuária para novas áreas, com provável efeito de desmatamento adicional. Isso pode ser

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo desenvolveu uma pesquisa crítica, com base em dados quantitativos, do processo de expansão do agronegócio no estado do Maranhão, tendo como eixo de análise o sentido e os limites que o padrão de reprodução de capital baseado na especialização primário exportadora estabelece para diferentes territorialidades locais. Cinco conclusões parciais derivam da análise desenvolvida e que sistematizaremos nestas notas finais:

1) O padrão de especialização primário exportador se impõe como força estrutural em todo território nacional, sendo que os estados da fronteira nordeste e norte são os principais espaços de ocupação da acumulação agrária. No caso do Maranhão observa-se a conformação de várias frentes de expansão, sendo que a rota Sul-Leste se estabelece ocupando três sub-regiões analisadas: Balsas, Chapadinha e Tutóia-Araioses.

2) Constata-se um dos aspectos centrais da questão agrária clássica: a acumulação por desapossamento, algo que se observa com as alterações na distribuição de estabelecimentos agropecuários por faixa de tamanho, tanto no caso brasileiro, mas principalmente no caso maranhense. A lógica da acumulação por despossessão condiz com os dados em que, no caso maranhense, observa-se que a proporção de estabelecimentos com menos de 10 hectares diminuiu de 85,3% do total em 1970 para 54,4% em 2017 no Maranhão, enquanto para o Brasil a redução foi bem menor, de 51,2% para 50,1%. A concentração fundiária se dá assimilando terras e condições de vida da população camponesa.

3) Resultante do processo de despossessão observa-se a expropriação de pequenos produtores locais de suas habitações de origem e a substituição de formas de produção tradicionais pela produção capitalista (ou então a subordinação daquela por esta), algo referente a perda de expressividade do campesinato pobre e médio e a apropriação de áreas de terra por latifúndios destinados ao agronegócio. Como resultante têm-se uma crescente perda de áreas de plantio das lavouras de subsistência, por exemplo, no caso do arroz plantado na sub-região de Chapadinha que correspondia a 38,8% da área plantada em 1990, apresentou redução para somente 4,7% em 2022, algo que se observa para todo o estado e para as demais sub-regiões analisadas.

4) O padrão de especialização primário exportador baseado, principalmente, no agronegócio, aprofunda a conflitualidade com os modos de vida tradicionais, impondo um novo ciclo de violências ao campo, como atestam os dados da CPT (Comissão Pastoral da Terra).

5) A análise dos dados aponta a intensificação do modelo pró-agronegócio, fortalecido pela crescente apropriação de terras e financeirização da renda fundiária, algo que coloca o Maranhão no centro do padrão nacional de reprodução do capital baseado na especialização agroexportadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Victor Leonardo de; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de (Org.). A Economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações. São Paulo: Editora Hucitec, 2021.

BUAINAIN, Antônio Márcio; GARCIA, Junior Ruiz; FILHO, José Eustáquio Ribeiro Vieira. DINÂMICA DA ECONOMIA E DA AGROPECUÁRIA NO MATOPIBA. Texto para discussão: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2017.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (Organizadora). Questão Social e Políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005.

DOMINGUES, Mariana Soares & BERMANN, Célio. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. Ambiente & Sociedade São Paulo v. XV, n. 2 (p. 1 -22). Mai.-ago. 2012.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo e PÓ, Marcos. Há mais pobreza e desigualdade do que bem-estar e riqueza nos municípios do MATOPIBA. In: Revista NERA: v. 22, n. 47, pp. 348-381. Dossiê – 2019. ISSN: 1806-6755.

FEITOSA, Milena Monteiro; SOUSA, Erika Costa & LEMOS, José Sousa. A soja no estado do Maranhão, Brasil: uma análise temporal da expansão e substituição das culturas alimentares. In: Geografares (Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES), Volume 3, n. 37, julho-dezembro, 2023. ISSN: 2175-3709.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. Ceres e Rio verde: dois momentos da expansão da fronteira agrícola. In: AUBERTIN, Catherine (Org.). Fronteiras. Brasília: Editora da UNB, 1988.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/#/home. Acesso em: 04 set. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra). Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q>. Acesso em: 04 set. 2024.

IANNI, Octávio. A luta pela terra. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

IANNI, Octávio. Ditadura e Agricultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IANNI, Octávio. Origens Agrárias do Estado brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LUCE, Mathias Seibel. Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARCOS, Valéria de. Agricultura e mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo latino-americano. In: PAULINO, Eliane Tomiasi & FABRINI, João Edmilson. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular; UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência (A). In: SADER, E. Dialética da Dependência. 1ª edição. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. O capitalismo dependente latino-americano. Florianópolis. Editora Insular. 2013.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Orgs.). Padrão de reprodução do capital. contribuições da teoria marxista da dependência. Ed. Boitempo. São Paulo, 2012.

MARTINS, C. E. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981

MARTINS, José de Souza. A reforma Agrária e os Limites da Democracia na “Nova República”. São Paulo: Hucitec, 1986

MARX, K. [1867]. O Capital: crítica da economia política, Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. [1885]. O Capital: crítica da economia política, Livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. [1894]. O Capital: crítica da economia política, Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MDIC - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS. Comex Stat. Brasília: MDIC, 2024. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 04 de setembro de 2024.

OSÓRIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva: estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Orgs.). Padrões de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

OSORIO, J. O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PRADO JR., Caio. Valorização do trabalho e Acesso à Terra. In: SANTOS, Raimundo (Org.). Dissertações sobre a Revolução Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PITTA, Fábio Teixeira; BOECHAT, Cássio Arruda & MENDONÇA, Maria Luísa. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. In: Estudos Internacionais. Belo Horizonte, ISSN 2317-773X, v.5 n.2 (2017), p.155 – 179.

SANTOS, Theotônio dos. Imperialismo y dependencia, Ediciones Era, México D.F., 1978.

SANTOS, Theotônio dos. Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1993.

SANTOS, Theotônio dos. Lições de nossa história. Revista Sociedade Brasileira de Economia Política, São Paulo, nº 30, p. 19-32, outubro 2011.

SAUER, Sérgio [et al.]. Conflitos socioambientais: concepções e aplicação no Observatório do MATOPIBA [recurso eletrônico]. Brasília: Universidade de Brasília, 2021. Acesso em: <https://observatorio-matopiba.com.br/>

TEUBAL, Miguel. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson (orgs.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.